

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: um estudo de caso*

Augusto César Vilela Gama
Tadeu José Ribeiro Baptista

Introdução

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80).

Karl Marx (1818-1883) foi o pioneiro na busca por respostas para determinações as quais o capital impõe que, desde os seus primeiros estudos de economia-política, *exempli gratia*, os *Manuscritos econômico-filosóficos* redigidos no ano de 1844, sua análise sobre o trabalho alienado na ordem vigente nos demonstra claramente que a exploração da força de trabalho é a propulsora de toda essa engrenagem capitalista.

Nesta obra, assim como, na sua obra magna *O Capital*, Marx (2004, 2017) faz duras críticas ao modo antinatural que o capital submete o ser social, que de maneira divergente a vida humana, promove uma negação ontológica, isto é, em prol da lei do valor, da troca de mercadorias em favor do mais-valor, o sistema capitalista faz da força de trabalho a principal mercadoria para manutenção do *status quo*.

Bem provável que este ‘afastamento da barreira natural’ seja a maior reminiscência que a Idade Moderna carregará consigo ao longo da história humana. Portanto, não resta dúvida de que a categoria trabalho deva ser o ponto de partida deste estudo, pelo fato de o trabalho ser uma categoria central no sentido de articular-se com as demais categorias que permeiam a complexidade do ser social (LUKÁCS, 2013).

Neste primeiro momento do estudo, mesmo que brevemente¹, o resgate do trabalho como categoria ontológica nos permite de certo modo compreender as características fulcrais da vida humana e sua sequente evolução de ser meramente

* DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.151-160

¹ Para um maior aprofundamento da categoria trabalho, sugere-se a leitura do capítulo 1 da obra *O trabalho Para uma ontologia do ser social II* de Lukács (2013).

biológico para social. Como único ser dotado de consciência, o humano encontrou no trabalho, mediante sua inter-relação com a natureza, a viabilidade de existência e consequente transição de ser orgânico para ser social (LUKÁCS, 2013; MARX, 2004).

Se temos que a essência do trabalho é prover sobrevivência e reprodução humana, por conseguinte temos que “[...] o trabalho é também uma atividade vital e omnilateral” para o ser social (ANTUNES, 2018, p. 26). O trabalho no sentido omnilateral deve objetivar a totalidade do ser humano por intermédio de um trabalho produtivo em proveito da vida em sociedade.

Neste sentido, de acordo com Marx (2017), para que o trabalho seja em benefício do ser social, é preciso que ele seja concreto e útil, que produza valor de uso em vez de valor de troca. Contudo, “as determinações estruturais da ordem social do capital” vêm afetando os indivíduos nas esferas: orgânica e inorgânica; particular e universal; material e imaterial, de tal modo que os têm conduzidos, ou melhor, os têm educados a uma compreensão invertida da realidade, isto é, de uma falsa consciência reificadora, dada a partir da coisificação de si e a personificação das coisas (MÉSZÁROS, 2008).

Antes de adentrar as determinações do trabalho alienado, fetichizado e abstrato às quais o ser social está sujeito na sociedade do capital e que são responsáveis por esta falsa consciência reificadora, se faz necessário abordar o antagonismo deste processo, concedido mediante o trabalho útil, vital e concreto.

Para Marx, trabalho útil é “[...] uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2017, p. 120). Nesta afirmação de Marx, compreendemos o porquê de o trabalho ser a categoria ontológica central dos complexos sociais, visto que por meio do pôr teleológico, do agir humano sobre a natureza, essa inter-relação transforma a ambos e resulta em um produto fruto desse metabolismo. Este produto torna-se para o humano um objeto de uso, consequentemente, ele apresenta valor de uso, isto significa que este produto no qual é resultado do seu trabalho, será utilizado por si de forma vital, exclusivamente para sua sobrevivência e reprodução (LUKÁCS, 2013).

Logo, o trabalho concreto se caracteriza justamente no fato de produzir valores de uso, onde o “[...] o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução da sua existência” (LUKÁCS, 2013, p. 44). Todavia, ao invés do trabalho se encontrar como uma atividade vital, na sociedade do capital se converte em trabalho alienado, fetichizado e abstrato.

Ou seja, na medida em que ele [o trabalho] é imprescindível para criar riquezas para o capital, ele se transforma em objeto de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se

converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital (ANTUNES, 2018, p. 112).

O Sociólogo e Professor Doutor Ricardo Antunes da Universidade de Campinas (Unicamp), expõe as feridas provocadas pelo trabalho no modo de produção e reprodução capitalista. O trabalho sob a validade do capital perde seu caráter concreto e humanizado, seu propósito está pautado no trabalho abstrato e assalariado, agora produtor não mais de objeto com valor de uso, e sim, de mercadoria com valor de troca.

Para um melhor adensamento, com a palavra o Professor Ricardo Antunes:

Sabemos que, com o domínio da lógica do capital e seu sistema de metabolismo societal, a produção de valores de uso socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca. Para tanto, as funções produtivas e reprodutivas vitais, bem como o controle e o comando do seu processo, foram radicalmente separados entre aqueles que produzem e aqueles que controlam. Como disse Marx, o capital operou a separação entre trabalhadores e meio de produção, aprofundando a separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais e aquela voltada para as necessidades de autorreprodução do capital (ANTUNES, 2018, p. 114).

O sociometabolismo do capital se fundamenta na lógica da exploração e mercadorização da força de trabalho com intenções *sui generis* de hegemonia e autorreprodução. Isto se explica a partir do instante em que o trabalhador é separado de seu produto resultado do seu trabalho, por não mais lhe pertencer, visto que este produto agora é uma mercadoria. Para este formato de trabalho que se encontra sob o domínio do capital, Marx (2017) denomina como trabalho abstrato, no qual o dispêndio de força humana foi para a produção de mercadorias e riquezas para o capital, à medida que o próprio trabalhador também se torna mercadoria quando vende sua força de trabalho para subsistir, processo este, que conhecemos amargamente como trabalho assalariado.

Aqui está a efetivação do trabalho alienado, o estranhamento do trabalhador para com toda a atividade produtiva, desde seu produto exteriorizado – que não mais lhe pertence por ter se tornado mercadoria e que agora pertence ao detentor dos meios de produção – à venda da força de trabalho para subsistir, bem como, as dores físicas e emocionais decorrentes deste sistema exploratório (MARX, 2004).

Mediante o trabalho alienado e abstrato,

[...] tem-se, então, o afloramento do caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria, que encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do

trabalho. Ao mascarar as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, o sistema de metabolismo social do capital as apresenta “naturalmente” como sendo expressão de relações entre objetos coisificados (ANTUNES, 2018, p. 100).

Esse obducto processo ao qual o trabalhador é conduzido, Marx (2017) intitulou de fetichismo da mercadoria, entendido como a conversão do trabalhador em mercadoria, enquanto ao seu contrário, a mercadoria produzida ganha vida própria. Nesse formato de sociedade, as relações sociais não se dão entre pessoas, mas sim, entre coisas. Esta reificação, coisificação do ser social tem por intuito fortalecer o sistema de classes, no qual quanto mais valorizada a mercadoria, menos o trabalho humano está valorizado, quanto mais o capital está fortalecido, menos as relações sociais têm força. Todo esse processo vem triunfando graças a alienação ao qual o ser social se encontra.

É por meio do fenômeno fetiche da mercadoria que o capital transforma tudo em mercadoria, seja material ou imaterial², da água à música, nada passa despercebido aos olhos do capital e se torna mercadoria (ANTUNES, 2018; MARX, 2017). Logo, se tudo se converte em mercadoria neste sistema, com o trabalho docente não seria de forma alguma diferente e vem sendo mercadorizado a partir da sua exploração e desvalorização, afinal de contas, historicamente a educação se encontra em constante adaptação as determinações reprodutivas da ordem vigente (MÉSZÁROS, 2008).

Temos observado neste século uma constante e acelerada precarização do trabalho docente, no atendimento aos escusos interesses do capital e o pensamento neoliberal em tempos de subsunção as imposições da Quarta Revolução Industrial – Indústria 4.0 – (PREVITALI; FAGIANI, 2020). Isto posto, este estudo tem por objetivo analisar as determinações pelas quais conduzem o trabalho docente a sua precarização na contemporaneidade.

1. Metodologia

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2017, p. 90).

² Mercadoria imaterial ou não material seria aquela desprovida de materialidade, no entanto, contém em si força de trabalho humano e, deste modo, é geradora de valor. Para um maior aprofundamento, sugere-se a leitura do capítulo 2 - A explosão do novo proletariado de serviços - da obra O privilégio da servidão de Antunes (2018).

Este estudo, a partir da teoria marxiana, se utiliza do método materialismo histórico-dialético, no qual é capaz de possibilitar o entendimento concreto do objeto em lide ao analisar dados que contemplem a realidade da precarização do trabalho docente na sociedade capitalista, permitindo, deste modo, através da saturação de múltiplas determinações sociais encontradas, perfazer as mediações necessárias para que possamos ascender do imediato – da aparência do fenômeno – para o mediato, a fim de no auxiliar a apreender o todo articulado, isto é, que consigamos pela perspectiva marxista a apreensão totalizante sobre a realidade investigada.

Como metodologia de análise, esta pesquisa adota o estudo de caso que ocorre por intermédio de acesso aos dados pessoais e profissionais compartilhados voluntariamente por um(a) Professor(a) do estado de Goiás e autorizados a comporem pesquisas científicas mediante anuição em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde lhe foi informado que os dados de identificação de qualquer natureza não seriam revelados, em que somente os pesquisadores responsáveis teriam o devido conhecimento e a obrigação de mantê-los em sigilo.

Destarte, este estudo é uma atividade avaliativa versando sobre a temática educação e trabalho no Brasil, realizado por meio de diálogos com determinadas referências bibliográficas estudadas na disciplina *Tópicos Especiais em Trabalho, Sociedade e Educação II: Reestruturação Produtiva e Educação* do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ministrada pela Professora Doutora Fabiane Santana Previtali.

Assim como, os dados utilizados no estudo de caso desta pesquisa, integram o Projeto – Guarda-Chuva³ – *O corpo em diferentes contextos entre as práticas corporais, a educação, a educação física: diálogos com a estética, a saúde e a indústria cultural* do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Estética, Exercício e Saúde (COEESA), atualmente sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e coordenado pelo Professor Doutor Tadeu João Ribeiro Baptista.

A coleta de dados se deu via preenchimento de questionário criado na plataforma *Google Forms* e enviado o seu *link* no *e-mail* pessoal do(a) voluntário(a) para preenchimento de respostas livres⁴, sendo destinado a um(a) Professor(a) do estado de Goiás e composto pelas seguintes perguntas: 1) Titulação; 2) Tempo de docência; 3) Instituição(ões) de ensino que atua nos dias de hoje; 4) Carga horária na(s) Instituição(ões); 5) Remuneração(ões) na(s) Instituição(ões); 6) Relato de adoecimento(s) nos últimos 2 anos relacionado(s) ao trabalho docente; e 7) Se pretende seguir com a carreira docente ou mudar de área/profissão.

³ Projeto “Guarda-Chuva” é um projeto que se desenvolve e/ou se distribui em outros subprojetos e que são desenvolvidos em parceria com profissionais de outras instituições e/ou centros/grupos de pesquisa.

⁴ Todas as respostas são de caráter dissertativo e livres, ou seja, sem múltipla escolha e/ou limite de caracteres.

2. Estudo de caso

[...] as pessoas não têm outra opção a não ser aderir à lógica da mercantilização e, conseqüentemente, à proletarização, dada a perda de controle sobre o processo de trabalho e sobre os meios e os fins do trabalho, via a introdução de inovações técnicas e/ou organizacionais [...] [em que] a docência, no âmbito do trabalho intelectual, não está alheia a essa dinâmica. Pode-se dizer que, em tempos de grande imbricação entre trabalho vivo e trabalho morto e expansão do chamado setor de serviços, a subsunção do trabalho docente ao capital está deixando de ser formal e passando a ser real (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 230).

Qualquer que seja a lógica adotada pelo capital, o resultado primordial deve ser a produção do valor. Neste sentido, a educação posta por este sistema vai seguir o raciocínio da busca pelo mais-valor, quer pela educação privada na exploração da força de trabalho docente para fins de lucro e/ou pela educação pública na precarização do trabalho docente, na clara intenção de desmonte público e avanço à privatização e mercantilização da educação como forma de acumulação do capital.

Em todos os sentidos, a finalidade de precarização do trabalhador tem por objetivo o agravamento das condições universais e particulares de vida e de trabalho da classe trabalhadora, com trabalhadores “[...] empregáveis no curto prazo, por meio das (novas e) precárias formas de contrato, em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da sua lógica [exploratória]” (ANTUNES, 2018, pp. 153-154).

Essa expropriação e instabilidade que ronda o trabalhador de modo geral alveja de igual modo o trabalho docente. Sob o domínio da Indústria 4.0 e as implicações das tecnologias digitais, o trabalho docente acompanha as demandas de um trabalho denominado de “uberização”⁵, “pejotização”⁶, temporário e/ou contratos de tempo parcial, com baixa remuneração, em que na maioria das vezes encontra-se sem alguns dos devidos e conquistados direitos trabalhistas básicos,

⁵ Sobre a uberização, Antunes (2018, p. 37) diz: “[...] podemos denominar uberização do trabalho, que se tornou um *leitmotiv* do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais. Tudo isso se coaduna com a denominada indústria 4.0. Essa propositura nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, estruturado a partir das novas TICs que se desenvolvem celeremente. Ela significará a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente”.

⁶ Sobre a pejotização, Antunes (2018, p. 23) diz: “Trata-se de referência à pessoa jurídica (PJ), que é falsamente apresentada como ‘trabalho autônomo’ visando mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes e, desse modo, burlar direitos trabalhistas”.

tais como, licenças: maternidade/paternidade; óbito; casamento; médica, descanso remunerado, férias, FGTS, seguro desemprego, aviso prévio, carteira de trabalho assinada, adicional noturno, etc. (ANTUNES, 2018).

É sob essa lógica exploratória que o trabalho docente na contemporaneidade se desenvolve. Braverman (1977, p. 319) define muito bem esta realidade ao dizer que “ [...] a classe trabalhadora é antes de tudo matéria-prima para exploração”. O modo de produção capitalista tem por característica mor submeter o trabalhador a condescender as suas imposições político-econômico-sociais, tornando-o subserviente aos seus interesses e que obviamente sempre culmina na exploração da sua força de trabalho com fins de acumulação do capital.

Com relação a qualificação do trabalhador, Braverman (1977) traz um exemplo interessante e que dialoga com a atual realidade brasileira. Com subsídios à educação⁷, aumenta-se o número de indivíduos mais graduados/pós-graduados, contudo, tal estímulo gera um excesso de pessoas mais bem qualificadas em comparação com a demanda do mercado de trabalho, ou seja, para cargos que exigem menos qualificação, o empregador passa a ocupar tais funções com trabalhadores de qualificação superior devido à disponibilidade no mercado. Por isto temos um incontável número de professores, por exemplo, com mestrado e doutorado, lutando desesperadamente para subsistir, desamparados e inseguros diante de um futuro ainda mais nebuloso.

O estudo de caso pretendido vem justamente com a intenção de confrontar os dados empíricos com os diálogos expostos a partir do referencial teórico apresentado, no propósito de compreensão da realidade concreta. Ainda que tratemos dos dados de apenas um indivíduo, de maneira geral ele representa e/ou se assemelha a realidade do trabalho docente de milhares de professores neste país.

O Quadro 1 apresenta os dados coletados e adaptados para exposição neste estudo:

Quadro 1 – Os Dados do Estudo de Caso.

1) Titulação: Mestrado; Especialização; e Licenciatura.
2) Tempo de docência: 6 anos.
3) Instituição(ões) de ensino que atua nos dias de hoje: 3 Instituições. Instituição 1 – Pública que oferece o Ensino Médio/Contrato Temporário; Instituição 2 – Privada que oferece o Ensino Superior/Contrato CLT*; Instituição 3 – Privada que oferece o Ensino Superior/Contrato PJ**.

⁷ Sobretudo durante o Governo (2003-2016) do Partido dos Trabalhadores.

4) Carga horária na(s) Instituição(ões): 46 horas semanais. Instituição 1 – 20 horas semanais divididas em 14 horas de aula e 6 horas de planejamento; Instituição 2 – 18 horas semanais divididas em 12 horas de aula e 6 horas de planejamento; Instituição 3 – 8 horas semanais divididas em 8 horas de aula e 0 horas de planejamento.
5) Remuneração(ões) na(s) Instituição(ões): R\$ 3.614,55 bruto. Instituição 1 – R\$ 1.693,75 bruto; Instituição 2 – R\$ 1.360,80 bruto; Instituição 3 – R\$ 560,00 bruto.
6) Relato de adoecimento(s) nos últimos 2 anos relacionado(s) ao trabalho docente: Sim. Constantes crises de pânico, dores de cabeça, dores na coluna, fadigas físicas e mentais e insônia.
7) Se pretende seguir com a carreira docente ou mudar de área/profissão: Pretende seguir com a carreira docente.

Fonte: COEESA (2021). * CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). ** PJ (Pessoa Jurídica).

Diante dos dados retratados, podemos observar o grau de exploração e precarização do trabalho docente. Neste caso temos um(a) Professor(a) licenciado(a), mestre(a) e especialista, com 6 anos de experiência docente, atuando em 3 Instituições de ensino concomitantemente, sendo duas privadas e uma pública, com uma alta carga horária, totalizando 46 horas semanais, com 34 horas sendo de aulas efetivamente ministradas semanalmente. Quanto a remuneração, as Instituições que remuneram pelo planejamento têm sua hora/aula mais barata em comparação a Instituição que não remunera o planejamento, o que no final das contas nitidamente expõe as nuances de uma exploração abusiva e desumana de ambas. Ademais, para ultrapassar o piso salarial da categoria, o docente, neste caso, necessitou também de ultrapassar a carga horária de 40 horas semanais. Cabe salientar que os valores são brutos, se diminuídos em virtude dos descontos obrigatórios e pecuniários a cada tipo de contrato, o valor recebido/líquido é ainda menor.

Esta racionalidade instrumental do capital de aumento da jornada de trabalho ao mesmo tempo que se aumenta as competências e responsabilidades por meio de (sub)contratos em busca de força de trabalho barata, demonstra com nitidez o caminho da precarização e ampliação do processo de mais-valor (ANTUNES, 2018).

O docente é incapaz de se reconhecer e perde sua autonomia frente a sua atividade. De acordo com Previtali e Fagiani (2020, p. 220), o docente é conduzido “[...] de forma mais geral, à degradação da [sua] vida”. Os autores continuam sua análise nas contradições do processo de precarização do trabalho docente ao abordarem o fato de que os docentes “[...] são fortemente impactados em sua subjetividade, podendo desenvolver sentimentos de insegurança, injustiça, insatisfação, falta de reconhecimento profissional, frustração e adoecimento psíquico (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 221).

De fato o adoecimento é inevitável e conforme os dados deste estudo de caso revelam, para além do adoecimento psíquico tem-se o adoecimento físico, desde as crises de pânico às dores na coluna, em consequência óbvia do excesso de trabalho imposto ao docente, e como bem lembra Antunes (2018, p. 139), “[...] as manifestações de adoecimento com nexos laborais não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho às diferentes formas de exploração”.

Por fim, no caso em particular deste estudo de caso, mesmo diante das condições de precarização que o(a) Professor(a) tem vivenciado(a), ainda assim, pretende seguir com a carreira docente, manifestando sua subjetividade em objetividade de esperança e resistência em defesa do trabalho docente (ANTUNES, 2018; PREVITALI; FAGIANI, 2020).

Considerações finais

Quando se dialoga com a categoria trabalho a partir da teoria marxiana, encontramos no seu caráter ontológico o trabalho útil, vital e concreto, que beneficia o ser social e lhe dá condições de sobrevivência e reprodução. Existe neste processo o reconhecimento das suas atividades de produção em prol da vida. Porém com o advento do capital, o trabalho se metamorfoseia em trabalho alienado, fetichizado e abstrato, gerando a coisificação do trabalhador e a personificação das coisas, promovendo um processo contraditório, desumano, classista e extremamente explorador.

Com o capital transformando tudo em mercadoria, inclusive o próprio trabalhador, o trabalho docente não escapa das suas formas de imposição e exploração da força de trabalho. Conforme observado nos diálogos deste estudo com a teoria, bem como, com os dados do estudo de caso aqui apresentados, se comprova a precarização do trabalho docente e o consequente fomento do adoecimento do(a) professor(a).

Em virtude das limitações de publicação de um artigo, não foi possível neste estudo dialogar melhor com profusas determinações que se articulam com o trabalho docente na sociedade do capital, como os ensinos: tecnológico; híbrido; à distância; remoto, terceirizações, Organizações Sociais (OSs), temporários, uberiza-

ções, pejotizações, etc., tão responsáveis pela intensificação das formas de estranhamento e reificação do ser social.

Por último e com certeza o mais importante, assim como há as contradições do capital, delas existem as lutas de classes, a resistência da classe trabalhadora no enfrentamento em favor do trabalho livre, autogestionário, na formação de indivíduos emancipados, enriquecidos intelectualmente e culturalmente, promotores de uma sociedade autossustentável, solidária, global, igual e única. Tarefa esta, com início por meio de uma educação pública, laica, de qualidade e para todos. LUTEMOS!

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Gilson César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 217–235